

SME-PINHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PINHÃO - PARANÁ - PR

Professor de Educação
Infantil e Séries Iniciais

EDITAL DE ABERTURA N.º01.001/2023

CÓD: SL-062AG-23
7908433240471

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor; ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências);	7
2. Comunicação	9
3. Linguagem.....	10
4. Variações linguísticas	12
5. Gêneros e Tipologias textuais;	12
6. Elementos de coesão e coerência textual;.....	13
7. Ortografia Oficial (acentuação gráfica)	14
8. Letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos);.....	16
9. Emprego das classes de palavras;	18
10. Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo);.....	25
11. Funções sintáticas	26
12. Concordâncias nominal e verbal.....	29
13. Pontuação	30
14. Uso dos porquês	32
15. Literatura Brasileira: prosa e poesia, autores e obras,	32
16. Figuras de linguagem	39

Matemática

1. Equações 1º e 2º grau.....	49
2. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Intervalos numéricos	52
3. Operações entre conjuntos.....	55
4. Função: afim, modular, quadrática, exponenciais, logarítmica e trigonométricas; Classificação de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; crescente e decrescente; Gráficos de funções	57
5. Triângulo Retângulo: relações e teorema de Pitágoras.....	66
6. Sistemas de equações do 1º grau	69
7. Trigonometria: circunferência trigonométrica; arcos e ângulos; seno, cosseno e tangente.....	69
8. Cálculos algébricos: monômios, polinômios e produtos notáveis	75
9. Estatística – medidas de dispersão: média, moda e mediana	76
10. Potenciação.....	78
11. radiciação.....	80
12. Sequências; Progressão aritmética e progressão geométrica;	83
13. Matrizes: adição, subtração, multiplicação e matriz oposta	85
14. Unidades de medida: comprimento, capacidade, massa, tempo e volume. Cálculo de área: medidas de superfícies.....	89
15. Cálculo de volume: prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera; Comprimento da circunferência; Área do círculo.....	93
16. Probabilidade: certeza e impossibilidade, fenômenos aleatórios, espaço amostral e evento.....	96
17. Grandezas direta e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta.....	98
18. Porcentagem.....	104
19. Juros simples e compostos	105
20. Resolução de problemas.....	106

Informática

1. Conceitos de informática, hardware (local de armazenamento: HDs, CDs, DVDs, Disco Removíveis como Pendrives e HDs Externos) e software (compactador de arquivos (extensão RAR e ZIP);	111
2. Ambientes Operacionais: Windows 10 Pro.....	116
3. Processador de texto (Word 2016)	128
4. Planilhas eletrônicas (Excel 2016).....	137
5. Conceitos de tecnologias relacionadas a Internet, (Navegador Internet (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox),	144
6. Webmail (Zimbra)	148
7. busca e pesquisa na Web.....	152

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais

1. As concepções de educação infantil e séries iniciais: currículo	158
2. função social da escola	171
3. papel do aluno	173
4. papel do professor	174
5. princípios metodológicos; avaliação; instrumento de acompanhamento da aprendizagem do aluno	174
6. A organização do trabalho pedagógico.....	180
7. Gestão democrática e as instâncias colegiadas	181
8. Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem	194
9. Concepção e princípios metodológicos de alfabetização e letramento.....	203
10. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	213
11. As teorias de Piaget e Vygotsky	213
12. Tendências pedagógicas.....	216
13. Rotina na educação infantil.....	219
14. Jogo, brincadeira e o brincar como recurso pedagógico; A organização dos espaços físicos na educação infantil	222
15. Ensino da matemática.....	237
16. Planejamento da ação didática	239
17. Literatura infantil	240
18. Lei nº 9394/96 e suas alterações - Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Estrutura, funcionamento dos diversos níveis e modalidades de ensino.....	241
19. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;.....	258
20. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	295
21. Tecnologias da informação e comunicação: encaminhamentos metodológicos	295
22. BNCC - Base Nacional Comum Curricular; Áreas do conhecimento e das linguagens na educação infantil.....	300

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Use a caneta para escrever com sua tela touch ou mouse, realce, ou digite uma anotação e compartilhe-a.



1. Caneta 2. Marca-texto 3. Borracha 4. Adicione uma nota digitalizada 5. Clipe

Lista de leitura

A lista de leitura no Microsoft Edge oferece um local para salvar artigos ou outro conteúdo que você queira ler mais tarde. Você verá sua lista de leitura em todos os seus dispositivos Windows 10 quando entrar com uma conta da Microsoft.

Layout limpo

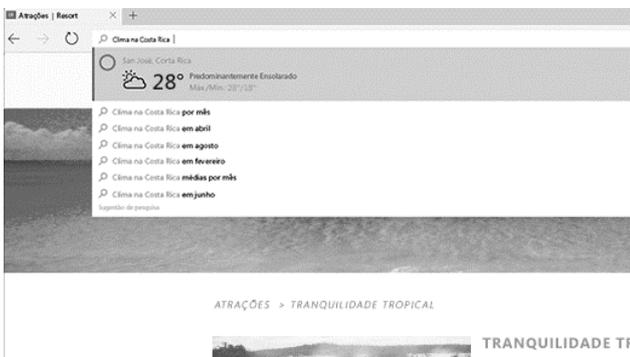
Para um layout limpo e simples, selecione Modo de Leitura na barra de endereços para trazer tudo o que você está lendo para frente e para o centro.

Hub

Pense no Hub como o local onde o Microsoft Edge mantém os itens que você coleta na Web. Selecione Hub para exibir seus favoritos, a lista de leitura, o histórico de navegação e os downloads atuais.

Pesquisa mais rápida na barra de endereços

Você não precisa acessar um site para procurar imagens de pinguins, por exemplo. Economize tempo e energia digitando sua pesquisa na prática e conveniente barra de endereços. No mesmo instante, você receberá sugestões de pesquisa, resultados da Internet e seu histórico de navegação.



Windows Hello

Se estiver disponível em seu dispositivo, o Windows Hello mudará o modo de entrar no sistema, ele usa seu rosto ou impressão digital ao invés de uma senha. Vá até Configurações:

> Contas > Opções de entrada para configurá-lo



Fotos

O aplicativo Fotos reúne todas as suas fotos e vídeos em um único local. De seu telefone, computador e OneDrive. Em seguida, ele organiza suas memórias em álbuns para você aproveitar e compartilhar.



Editar ou criar um álbum

Você não precisa fazer nada para aproveitar seus novos álbuns, mas pode editá-los para adicionar alguns toques de acabamento ou criar seus próprios álbuns.

Selecione o botão Iniciar e, em seguida, selecione Fotos.

Selecione Álbuns, escolha o álbum que você quer e selecione Editar. Ou, para começar a criar um novo álbum, selecione Novo álbum, escolha as fotos que você deseja incluir e selecione Concluído.

Siga um destes procedimentos:
 Digite para inserir um novo título.

Selecione Adicionar ou remover fotos, escolha aquelas que você quer e selecione Concluído.

Para alterar a foto exibida como capa, selecione Alterar capa, escolha uma foto e selecione Concluído.

Reveja o álbum e selecione Salvar.

observar que a alfabetização possibilita o sistema de escrita, assegurando ao indivíduo compreender gêneros textuais, dominar a linguagem e transformar a comunicação.

Ainda, Soares (1998, p. 18) relata o letramento como “resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequências de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. Sendo assim é possível estar letrado quando há domínio da prática leitora.

Há possibilidades desde uma pessoa ser letrada e não alfabetizada ou vice versa? Soares (2009, p. 47), relata: que é possível, pois se a pessoa for analfabeto mas ditar uma carta para um escriba, o meio linguístico utilizado é diferente, apenas utiliza metodologia diferenciada, mas não está dissociada, sempre um associado ao outro.

Se, no início da década de 80, os estudos acerca da psicogênese da língua escrita trouxeram aos educadores o entendimento de que a alfabetização, longe de ser a apropriação de um código, envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística; os anos que se seguiram, com a emergência dos estudos sobre o letramento, foram igualmente férteis na compreensão da dimensão sócio-cultural da língua escrita e de seu aprendizado. Em estreita sintonia, ambos os movimentos, nas suas vertentes teórico-conceituais, romperam definitivamente com a segregação dicotômica entre o sujeito que aprende e o professor que ensina. Romperam também com o reducionismo que delimitava a sala de aula como o único espaço de aprendizagem.

Reforçando os princípios antes propalados por Vygotsky e Piaget, a aprendizagem se processa em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura em que vive. Isso quer dizer que, ao lado dos processos cognitivos de elaboração absolutamente pessoal (ninguém aprende pelo outro), há um contexto que, não só fornece informações específicas ao aprendiz, como também motiva, dá sentido e “concretude” ao aprendido, e ainda condiciona suas possibilidades efetivas de aplicação e uso nas situações vividas. Entre o homem e o saberes próprios de sua cultura, há que se valorizar os inúmeros agentes mediadores da aprendizagem (não só o professor, nem só a escola, embora estes sejam agentes privilegiados pela sistemática pedagogicamente planejada, objetivos e intencionalidade assumida).

O objetivo do presente artigo é apresentar o impacto dos estudos sobre o letramento para as práticas alfabetizadoras.

Capitaneada pelas publicações de Angela Kleiman, (95) Magda Soares (95, 98) e Tfouni (95), a concepção de letramento contribuiu para redimensionar a compreensão que hoje temos sobre: a) as dimensões do aprender a ler e a escrever; b) o desafio de ensinar a ler e a escrever; c) o significado do aprender a ler e a escrever, c) o quadro da sociedade leitora no Brasil d) os motivos pelos quais tantos deixam de aprender a ler e a escrever, e e) as próprias perspectivas das pesquisas sobre letramento.

As dimensões do aprender a ler e a escrever

Durante muito tempo a alfabetização foi entendida como mera sistematização do “B + A = BA”, isto é, como a aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas. Em uma sociedade constituída em grande parte por analfabetos e marcada por reduzidas práticas de leitura e escrita, a simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

Com o tempo, a superação do analfabetismo em massa e a crescente complexidade de nossas sociedades fazem surgir maiores e mais variadas práticas de uso da língua escrita. Tão fortes são os apelos que o mundo letrado exerce sobre as pessoas que já não lhes basta a capacidade de desenhar letras ou decifrar o código da leitura. Seguindo a mesma trajetória dos países desenvolvidos, o final do século XX impôs a praticamente todos os povos a exigência da língua escrita não mais como meta de conhecimento desejável, mas como verdadeira condição para a sobrevivência e a conquista da cidadania. Foi no contexto das grandes transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que o termo “letramento” surgiu, ampliando o sentido do que tradicionalmente se conhecia por alfabetização (Soares, 2003).

Hoje, tão importante quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita é poder se engajar em práticas sociais letradas, respondendo aos inevitáveis apelos de uma cultura grafocêntrica. Assim,

Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade (Tfouni, 1995, p. 20).

Com a mesma preocupação em diferenciar as práticas escolares de ensino da língua escrita e a dimensão social das várias manifestações escritas em cada comunidade, Kleiman, apoiada nos estudos de Scribner e Cole, define o letramento como

... um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (1995, p. 19)

Mais do que expor a oposição entre os conceitos de “alfabetização” e “letramento”, Soares valoriza o impacto qualitativo que este conjunto de práticas sociais representa para o sujeito, extrapolando a dimensão técnica e instrumental do puro domínio do sistema de escrita:

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se Letramento que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (In Ribeiro, 2003, p. 91).

Ao permitir que o sujeito interprete, divirta-se, seduza, sistematize, confronte, induza, documente, informe, oriente-se, reivindique, e garanta a sua memória, o efetivo uso da escrita garante-lhe uma condição diferenciada na sua relação com o mundo, um estado não necessariamente conquistado por aquele que apenas domina o código (Soares, 1998). Por isso, aprender a ler e a escrever implica não apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las (ou de associá-las), mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, possíveis, reconhecidas, necessárias e legítimas em um determinado contexto cultural. Em função disso,

Talvez a diretriz pedagógica mais importante no trabalho (...dos professores), tanto na pré-escola quanto no ensino médio, seja a utilização da escrita verdadeira nas diversas atividades pedagógi-

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

CAPÍTULO V-A

(Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Parágrafo único. Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores a que se refere o caput deste artigo serão ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO VI

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Visto a importância das leis indicadas, lá você acompanha melhor quaisquer atualizações que surgirem depois da publicação da apostila.

Se preferir, indicamos também acesso direto ao arquivo pelo link a seguir:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf

Bons estudos!

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A mídia pode ser inserida em sala de aula através dos Recursos de Ensino. Estes segundo Gagné (1971, p. 247) “são componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno”. Estes componentes são, além do professor, todos os tipos de mídias que podem ser utilizadas em sala de aula, tais como, revistas, livros, mapas, fotografias, gravações, filmes etc.

A utilização de recursos de ensino diminui o nível de abstração dos alunos, pois eles vêem na prática o que estão aprendendo na escola, e podem relacionar a matéria aprendida com fatos reais do seu cotidiano. Desta forma é mais fácil eles absolverem os conteúdos escolares.

Dale (1966) criou uma classificação de recursos de ensino que é bastante utilizada. Ele nos trouxe o “cone de experiências”, que mostra que o ensino verbalizado, uso de palavras sem experiência, não deve mais ser usado pelo professor, pois os alunos aprendem mais quanto mais pratica experiências em torno do que está sendo ensinado.

Segundo Dale (1966), os objetivos do uso dos recursos de ensino são:

- motivar e despertar o interesse dos alunos;
- favorecer o desenvolvimento da capacidade de observação;
- aproximar o aluno da realidade;
- visualizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem;
- oferecer informações e dados;
- permitir a fixação da aprendizagem;
- ilustrar noções mais abstratas;

- desenvolver a experimentação concreta.

Para utilização dos recursos de ensino é preciso estar atento aos seus objetivos, eficácia e função em relação à matéria ensinada. Todos esses objetivos podem ser alcançados através de recursos de ensino, midiáticos, como, por exemplo, computador, internet, em que o aluno além de conhecer novas tecnologias, faz também interação com o mundo e novas informações. O aluno busca algo novo, algo atrativo, e a educação deve acompanhar essa busca. Mas não basta apenas usar a tecnologia, no ambiente de ensino/aprendizagem temos que rever o uso que fazemos de diferentes tecnologias enquanto estratégias, tendo clareza quanto à função do que estamos utilizando, não basta trocar o livro por um computador se na prática não promovemos a inclusão do aluno, no que se refere aos processos de aprendizagem.

O computador é conhecido como uma tecnologia da informação devido a sua grande capacidade na solução de problemas relacionados a armazenamento, organização e produção de informação de várias áreas do conhecimento. A utilização dessa tecnologia pode ser usada de varias formas, como programas de exercício-e-prática, jogos educacionais, programas de simulação, linguagem de programação entre outros, despertando assim um grande interesse do aluno.

Conforme observado por Valente (1993), o computador não é mais o instrumento que ensina o aprendiz, mas a ferramenta com a qual o aluno desenvolve algo, e, portanto, o aprendizado ocorre pelo fato de estar executando uma tarefa por intermédio do computador. O processo de interação se torna mais agradável com a presença da multimídia na aprendizagem, pois naquele momento o aluno está descobrindo o novo, o contemporâneo.

Educação, Mídia e Tecnologia

A aplicação de novas tecnologias na educação vem modificando o panorama do sistema educacional e, por isso, pode-se falar de um tipo de aula antes e depois da difusão de mídias integradas e tecnologias avançadas de comunicação digital. Os resultados das aplicações de tais tecnologias estão criando condições objetivas para questionarem a real necessidade de se preparar para o ensino virtual. Hoje, há a percepção de algumas tendências relativas aos novos modelos de ensino e aprendizagem de idiomas mediados por computador. Uma dessas tendências é a aprendizagem por meio de Redes Sociais ou Comunidades Virtuais de Aprendizagem.

Afirma-se que a Educomunicação apresenta-se, hoje, como um paradigma, um conceito orientador de caráter sociopolítico e educacional a partir da interface Comunicação/Educação. Mais do que como uma metodologia, no âmbito da didática, o neologismo tem sido visto como um parâmetro capaz de mobilizar consciências em torno de metas a serem alcanças coletivamente nas diferentes esferas da leitura e da construção do mundo, como propunha Paulo Freire.

O fato permite e facilita um diálogo permanente entre os que buscam dar respostas tanto às questões vitais anunciadas e descritas nas diretrizes propostas pelo poder público quanto às “experiências escolares” inovadoras e multidisciplinares, previstas na reforma do ensino

Trata-se de um percurso que leva em conta a sociedade da informação e o papel da mídia na geração de conteúdos, mensagens e apelos comportamentais.